

UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE

Revista do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA

REUMAM, V. 7, N. 2, 2022, ISSN online 2595-9239

A CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR DE COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Edson Furtado Louzada¹

Adriano Venturieri²

Gilberto de Miranda Rocha³

RESUMO: Este trabalho busca subsidiar a construção de um indicador de compras da agricultura familiar em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no município de Belém, estado do Pará. Tal debate destaca as responsabilidades dessas instituições com a sustentabilidade e o desenvolvimento local. Assim buscou-se identificar um indicador que viabilize e traga soluções para compra de alimentos e a melhoria da qualidade de vida, com geração de trabalho e renda para os agricultores familiares locais. Dessa maneira, advém uma nova perspectiva acerca das compras da agricultura familiar como propulsoras de estímulo às potencialidades locais. O objetivo é de se evidenciar a potencialidade das IFES no município de Belém como indutoras de desenvolvimento local com as compras de alimentos da agricultura familiar, mostrando que nos últimos anos, ocorrem demandas de compras desse tipo. Através da aferição do poder de compra de alimentos decorrente da agricultura familiar das IFES, o indicador de potencialidade de compras da agricultura familiar mostrará a importância das IFES no contexto do desenvolvimento local. Conduz-se o estudo através da metodologia de pesquisa com natureza quantitativa e qualitativa, análise descritiva, realização de levantamento bibliográfico e análise documental. Por fim, através deste estudo, pode-se revelar a possibilidade para demonstrar a potencialidade das IFES no município de Belém, caso estas instituições focalizem suas compras com prioridades nas aquisições de alimentos da agricultura familiar, tornando-se assim, indutores de desenvolvimento local através da aquisição sustentável de gêneros alimentícios, por meio das compras institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição de Alimentos, Desenvolvimento Local, Política pública.

THE CONSTRUCTION OF A FAMILY AGRICULTURE PURCHASE INDICATOR FOR FEDERAL HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN THE MUNICIPALITY OF BELÉM

ABSTRACT: This work seeks to support the construction of an indicator of purchases from family agriculture in Federal Institutions of Higher Education (IFES) in the municipality of Belém, State of Pará. This debate highlights the responsibilities of these institutions with sustainability and local development. Thus, we sought to identify an

¹ Mestre em Gestão Pública. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA). Administrador da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: efl@ufpa.br

² Doutorado em Geografia. Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). E-mail: adriano.venturieri@embrapa.br

³ Doutorado em Geografia. Docente do PPGEDAM, NUMA. Professor Titular da UFPA. E-mail: gilrocha@ufpa.br

indicator that enables and brings solutions for the purchase of food and the improvement of the quality of life, with the generation of work and income for local family farmers. In this way, a new perspective arises about the purchases of family farming as propellers to stimulate local potential. Our objective is to show that there is potential for IFES in the municipality of Belém that can be an inducer of local development with the purchase of food from family agriculture, showing that in recent years, there have been demands for purchases of this type. By measuring the purchasing power of the purchase of food resulting from family farming in the IFES, the indicator of purchasing potential for family farming will show the importance of the IFES in the context of local development. We started with the study through the research methodology with a quantitative and qualitative nature, with descriptive analysis, carrying out a bibliographic survey and document analysis. Finally, through this study, it can be revealed the possibility to demonstrate the potential of IFES in the municipality of Belém, if these institutions focus their purchases with priorities in the acquisition of food from family agriculture, thus becoming inducers of local development through sustainable acquisition of foodstuffs, through institutional purchases of the Family Agriculture Food Acquisition Program.

KEYWORDS: Food Acquisition, Local Development, Public Policy.

LA CONSTRUCCIÓN DE UN INDICADOR DE COMPRA DE AGRICULTURA FAMILIAR PARA INSTITUCIONES FEDERALES DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN EL MUNICIPIO DE BELÉM

RESUMEN: Este trabajo busca apoyar la construcción de un indicador de compras de la agricultura familiar en las Instituciones Federales de Educación Superior (IFES) en el municipio de Belém, estado de Pará. Este debate destaca las responsabilidades de estas instituciones con la sostenibilidad y el desarrollo local. Así, buscamos identificar un indicador que posibilite y aporte soluciones para la compra de alimentos y la mejora de la calidad de vida, con la generación de trabajo e ingresos para los agricultores familiares locales. Surge así una nueva perspectiva sobre las compras de la agricultura familiar como propulsores para dinamizar el potencial local. Nuestro objetivo es mostrar que existe un potencial de IFES en el municipio de Belém que puede ser un inductor del desarrollo local con la compra de alimentos de la agricultura familiar, mostrando que en los últimos años ha habido demandas por este tipo de compras. Al medir el poder adquisitivo de la compra de alimentos provenientes de la agricultura familiar en las IFES, el indicador de potencial adquisitivo de la agricultura familiar mostrará la importancia de las IFES en el contexto del desarrollo local. Iniciamos con el estudio a través de la metodología de investigación con carácter cuantitativo y cualitativo, con análisis descriptivo, realizando un levantamiento bibliográfico y análisis documental. Finalmente, a través de este estudio, se puede revelar la posibilidad de demostrar el potencial de IFES en el municipio de Belém, si estas instituciones enfocan sus compras con prioridades en la adquisición de alimentos provenientes de la agricultura familiar, convirtiéndose así en inductores del desarrollo local a través de la adquisición sustentable de alimentos, a través de compras institucionales del Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar.

PALABRAS CLAVES: Adquisición de Alimentos, Desarrollo Local, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A introdução do tema sustentabilidade é considerada essencial para as políticas públicas vigentes devido à exacerbação de questões sobre desenvolvimento sustentável desde o início do atual século. Para Silva (2016), a inserção desse paradigma despertou muitos debates sobre novos modelos de gestão e desenvolvimento que buscam enfrentar os desafios contemporâneos e alinhar as perspectivas sobre o desenvolvimento sustentável, resultando em uma proposta de desenvolvimento sustentável, que na visão de Simonian (2007) é a relação entre os recursos naturais, o manejo adequado, a especificidade das espécies e ecossistemas, e as questões sociais envolvidas.

O artigo buscará identificar e subsidiar a construção de um Indicador de Compras da Agricultura Familiar nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Município de Belém, no Estado do Pará. Tal debate poderá implicar em um destaque, para uma problemática maior, dessas instituições e suas responsabilidades junto à sustentabilidade e desenvolvimento local. As IFES do município de Belém tem potencial para contribuir com o desenvolvimento local por meio da compra de alimentos da agricultura familiar? Pode-se depreender também que o texto trabalhará a viabilidade de uma prática de compra sustentável priorizando o desenvolvimento local e propondo uma aproximação do Agricultor Familiar e a Administração Pública.

A SUSTENTABILIDADE COMO FOCO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Bicalho (2013) traz o tema sustentabilidade como foco do desenvolvimento local, indo além do aspecto puramente ambiental, social, econômico e se estendendo às políticas públicas que concretamente promovem o crescimento da economia e do mercado interno, sendo a Administração Pública uma disseminadora dessa cultura sustentável. Corroborando com a temática da sustentabilidade, temos também nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU, 2022), através da adoção da Agenda 2030, abrangendo 17 objetivos globais, 169 metas e ações gerais comuns para a sustentabilidade (ONU, 2022).

Dentre esses objetivos enfatizam-se, dentre outros, o desenvolvimento da agricultura sustentável e apoio aos agricultores familiares, adotando práticas sustentáveis de compras públicas, incluindo políticas de aquisições públicas, por exemplo, promovendo a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais existentes, consolidando a sustentabilidade (ONU, 2022).

Tapia (2005) trabalha que as políticas de desenvolvimento local são responsáveis por importantes inovações institucionais, sendo cada uma delas pertencente a um arranjo institucional próprio quanto ao grau de estratégia e ação. Em complemento, Garofoli (2000) já ressalta a importância do papel do Estado na aplicação do desenvolvimento local através de medidas internas – processos administrativos – e externas – políticas públicas, e demais ações afirmativas.

Com base em Conte (2013), o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e ao aumento da qualidade de vida de determinada população em unidades territoriais e/ou grupos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve explorar o potencial da região e contribuir para aumentar as oportunidades sociais e sua viabilidade econômica e competitividade; ao mesmo tempo, deve garantir a proteção dos recursos locais, o que melhora a qualidade de vida da população (BUARQUE, 2008).

Similarmente, para Park e Silva (2014), o desenvolvimento local é efetivo quando a Administração Pública opta por usar seu poder aquisitivo de forma objetiva para comprar produtos de forma que estimule o desenvolvimento da região. O pensamento da relevância da Administração Pública nos processos de desenvolvimento é o pressuposto da afirmativa da importância de uma Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito do desenvolvimento local (CONTE, 2013).

Trazendo para o tema da agricultura familiar, ela nasceu no Brasil através das lutas por reconhecimento e direitos empreendidas por movimentos que passaram a reivindicar políticas públicas diferenciadas de desenvolvimento (NIEDERLE et al 2014). Como resultado de anos de reivindicações dos trabalhadores e sindicatos rurais para melhorar suas condições de vida e produção, houve a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em 1996, como a primeira política pública efetiva (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Posteriormente, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em 2003, outra importante política pública vigente direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar, por meio do quais vários órgãos públicos podem comprar alimentos da agricultura familiar e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino, dentre elas as IFES, como exemplo.

O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) dá ênfase a uma característica diferencial do PAA: as ações; pois, além de fornecerem alimentos a pessoas em estado de insegurança alimentar, contribuem principalmente para o fortalecimento da Agricultura Familiar e oferecem oportunidades de trabalho e geração de renda às famílias participantes desse grupo de agricultores (IPEA, 2010).

Dentro deste Programa, instituiu-se a modalidade PAA “Compra Institucional”, que permitiu que instituições, pertencentes às três esferas de governo, que fornecem alimentação regular – como IFES, universidades, restaurantes universitários, hospitais públicos, quartéis, presídios, entre outros - comprem alimentos da Agricultura Familiar, com recursos financeiros próprios.

Não se limitando apenas ao PAA “Compras Institucionais”, por exemplo, mas, independentemente do foco da política pública, a agricultura familiar se destaca como uma estratégia confiável para processos de desenvolvimento local sustentável, pois se gera cenários de oportunidades, aumenta a produtividade, competitividade, inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população agrícola.

A contratação de bens alimentícios decorrentes da agricultura familiar é um exemplo desse tipo de política. A aquisição de gêneros alimentícios decorrente da agricultura familiar mostra-se como uma importante ferramenta de inclusão promotora de desenvolvimento sustentável. Assim, as contratações públicas são políticas alternativas de efeito direto que podem contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, em que os meios de produção e circulação de produtos são mais fragilizados (SQUEFF, 2014). A difusão de informações sobre políticas públicas institucionais para a agricultura familiar no Brasil são fundamentais para promover o desenvolvimento social e econômico das famílias brasileiras, tendo em vista o dinamismo, a competição de mercado, a dificuldade de acesso a créditos, processos de inovação técnica e a sustentabilidade ambiental.

A construção de indicadores, que são índices numéricos em sua maioria, serve para medir e comparar certos fenômenos empíricos entre diferentes dados, ou seja, são estatísticas que medem um determinado fenômeno observado, sendo uma medida quantitativa dotada de significado, conforme Jannuzzi (2002). A utilização de indicadores auxilia no trabalho de planejamento, na implementação, na execução e na avaliação de políticas públicas. Os indicadores sociais ajudam a apoiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais em diferentes áreas de governo,

permitem que o poder público e a sociedade civil monitorem as condições de vida e o bem-estar das pessoas e permitem pesquisas acadêmicas aprofundadas sobre mudanças sociais e os determinantes de diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2002).

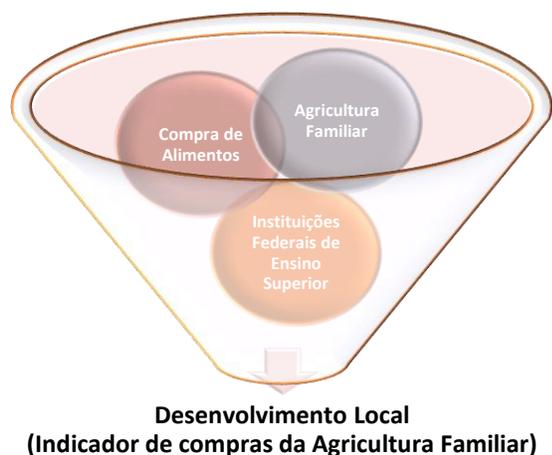
Portanto, diante da relevância dos pontos abordados e correlacionando com os temas já apresentados, as IFES no município de Belém também se inseriram no debate relativo ao desenvolvimento sustentável, com a utilização de ações públicas de efeito direto e indireto que contribuem para o desenvolvimento local, como a compra de alimentos.

O trabalho, dessa maneira, se configura numa tentativa de propor a construção de um indicador que viabilize e traga soluções para os processos de compras e a melhoria da qualidade de vida, com a geração de trabalho e renda para os agricultores familiares locais. Desta forma, através desse estudo, advém uma nova perspectiva acerca das compras como propulsoras de estímulo às potencialidades locais da agricultura familiar. Nossa problemática consiste em demonstrar que há IFES no município de Belém que podem ser potencializadoras de desenvolvimento local com compras de alimentos da agricultura familiar. Assim, o problema que se apresenta seria tratado do ponto de vista prático, metodológico e profissional, através da socialização de conhecimentos e práticas.

Objetivou-se evidenciar a potencialidade de IFES no município de Belém que podem ser indutoras de desenvolvimento local com as compras de alimentos da Agricultura Familiar do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, demonstrando que nos últimos anos ocorreram demandas de compras desse tipo no programa. E mais especificamente: a) a aferição do poder de compra da aquisição de alimentos decorrente da agricultura familiar das IFES no município de Belém, através de um indicador de potencialidade de compras da agricultura familiar; e b) a demonstração da importância das IFES como dinamizador de desenvolvimento local através da aquisição sustentável de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

A análise propôs a compreensão da aquisição de alimentos dessas IFES identificando as compras realizadas da agricultura familiar a partir da mensuração dos dados como indicador para mostrar a potencialidade do processo de compras de alimentos da agricultura familiar como indutor indiretamente do desenvolvimento local desejado (Figura 1).

Figura 1 – Correlação das compras sustentáveis nas Instituições Federais de Ensino.



Fonte: Autor próprio (2022).

MATERIAL E MÉTODOS

Neste ponto demonstra-se a forma de análise e a interpretação teórico-metodológica com os quais foi realizada a pesquisa, apresentando-se também os instrumentos técnico-empíricos de coleta de dados. O universo de pesquisa a ser considerado foram as IFES, com o *locus* no município de Belém, que são instituições que tem a responsabilidade social de desenvolver conhecimento multifacetado de várias dimensões como culturais, científicas, econômicas e sociais em suas respectivas premissas institucionais (UNESCO, 2009). A temporalidade da pesquisa foi longitudinal, considerando a avaliação da mesma variável, em um mesmo grupo de sujeitos, com duas ou mais mensurações dessas variáveis ao longo de um período (APPOLINÁRIO, 2012).

O objetivo é evidenciar a potencialidade das IFES no município de Belém, através da aferição do poder de compra da aquisição de alimentos decorrente da agricultura familiar dessas instituições, através da construção de um indicador de potencialidade de compras. Para tanto, manuseou-se métodos de pesquisas baseados em análises quantitativas, qualitativas e descritivas, assim como levantamentos bibliográficos e análise documental.

Inicialmente, conforme Marconi e Lakatos (2017), trabalhamos o método científico como corresponde ao conjunto das atividades racionais e sistemáticas, que, com total segurança, possibilita alcançar o objetivo da pesquisa, descrevendo o caminho a ser seguido, detectando erros e orientando as decisões do pesquisador.

Já Yin (2001) trata o estudo científico como um conjunto de procedimentos e instrumentos articulados que viabiliza a correlação de informações e a correlação de dados para trazer credibilidade à pesquisa. Assim, utilizaram-se como fontes de evidências dados bibliográficos e documentais, primários e secundários, assegurado os três princípios orientadores da coleta de dados: criação do banco de dados, multiplicidade de fontes e a manutenção da cadeia de evidências. O raciocínio dedutivo foi aprimorado à forma de compreensão do objeto de pesquisa, trabalhado em um processo de raciocínio lógico partindo de princípios e proposições gerais ou universais, ao estabelecimento de conclusões menos universais ou particulares (RODRIGUES, 2006).

O levantamento documental desenvolveu-se a partir da pesquisa de dados provenientes de fontes documentais, tais como: constituição, leis, atos normativos, decretos e outros documentos institucionais que se mostraram pertinentes a respeito da temática. Os dados e as fontes foram levantados dos sítios governamentais, de dados da internet, dos órgãos públicos, portal de compras e portal da transparência do governo federal.

Diante disso, houve a análise de conteúdo de modo minucioso, com a análise qualitativa dos dados coletados no levantamento documental, pois houve, por meio dessa análise, os significados de materiais textuais selecionados para fins de uso e enquadramento na problemática de pesquisa. Nessa análise, naturalmente, ocorreu a eliminação de conteúdos não pertinentes ao tema e relevância da pesquisa.

Por fim, o levantamento e a análise bibliográfica buscaram revisar a discussão do objeto de pesquisa, a organização do assunto e a análise do material levantado sempre a partir de uma postura crítica frente às contribuições sistematizadas, considerando as diversas fontes de consultas, como livros, artigos, monografias, periódicos, além de textos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar sempre teve destaque nos estudos sobre a formulação e implementação de políticas públicas no Brasil, mostrando-se essencial para o desenvolvimento sustentável. O efeito destas políticas de melhorias reflete diretamente ao meio a qual está inserida e tem sido algo de diversos pesquisadores a exemplo de

Grisa e Schneider (2015) e Muller, Silva e Schneider (2012), que buscaram entender as possíveis implicações das políticas empreendidas pela Administração Pública.

Muller, Silva e Schneider (2012) notam que a elaboração de políticas públicas que focam na agricultura familiar contribuiu para sua legitimação política e o reconhecimento social de sua importância na sociedade brasileira. No cenário nacional, a agricultura familiar é vista como um segmento estratégico tanto para a produção de matéria prima como para o abastecimento alimentar das populações, bem como para a dinâmica de desenvolvimento local (BECKER; ANJOS, 2010).

De acordo com Kageyama et al. (2013) a agricultura familiar participa com cerca de 52% do total da produção de alimentos no País e representando assim 84% dos estabelecimentos agropecuários, abrigando três quartos do pessoal ocupado no campo, evidenciando a importância e papel desse segmento na segurança alimentar e na geração de emprego e renda (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Abramovay (2007) e Buainain (2006) apontam que a agricultura familiar não somente supõe a garantia de abastecimento alimentar do País, mas também representa uma opção estratégica em favor de um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo da sociedade. Ao selecionar a agricultura familiar como ator principal do abastecimento dos mercados institucionais, há a necessidade de estratégias para uma nova dinâmica de desenvolvimento, com potencial de promover a inclusão social, a segurança alimentar, o combate à pobreza e a redução das desigualdades (BECKER; ANJOS, 2010).

Inserir a agricultura familiar no mercado institucional representa um desafio não só para o agricultor, mas também aos gestores de IFES, que compram e utilizam alimentos para a elaboração das refeições de seus estudantes, por exemplo. O indicador proposto será o de compras da agricultura familiar nas IFES no município de Belém que visa demonstrar quais são as instituições que mais compram da agricultura familiar, em termos financeiros, e classifica-os por ocorrência de aquisição, ou seja, pelas ocorrências que são adquiridas pelas entidades durante o recorte temporal entre 2017-2021. Tal classificação permitirá analisar se ocorre potencialidade de compras da agricultura familiar, como contratação sustentável, no contexto das IFES em observação.

Os dados primários de informações foram levantados a partir do sítio eletrônico compras governamentais, que se refere ao portal eletrônico do Governo Federal para compras eletrônicas (dados abertos pela transparência). A coleta dos referidos dados foi realizada de forma automatizada por meio da utilização de várias planilhas eletrônicas,

com tratamento estatístico descritivo posterior. A disponibilização desses dados governamentais é gratuita e uma forma de promoção da transparência e participação da sociedade na Administração Pública.

O indicador foi mensurado por meio da ocorrência e valores comprados pelas IFES no município selecionado para averiguar se há a concretização da possibilidade de compras da agricultura familiar entre as IFES. Tais informações foram tabuladas de forma a compor os dados do indicador apresentado.

Do ponto de vista da elaboração do indicador, as ocorrências de compras foram dispostas em quatro classes. 1ª classe - Alta (a compra se repete nas três IFES); 2ª classe - Média (a compra se repete apenas em duas IFES); 3ª classe - Baixa (a compra se repete apenas entre uma das três IFES em estudo); e a 4ª classe - Insuficiente (a compra não ocorre entre as três IFES em estudo). Tal proposição para a construção do indicador pode ser observada no Quadro 1.

Quadro 1 – Compras da Agricultura Familiar (IFES de Belém).

UFPA	UFRA	IFPA	CLASSE	INDICADOR
sim	Sim	sim	3	ALTO
sim	sim	não	2	MEDIO
sim	não	não	1	BAIXO
não	não	não	0	INSUFICIENTE

Fonte: Autor próprio (2022).

Assim, o levantamento dos dados ocorreu a partir das três IFES selecionadas no município de Belém, referente a valores comprados da agricultura familiar no quinquênio descrito. As fontes de dados primários foram as disponíveis nos portais eletrônicos governamentais, especificamente o site: <http://paineldecompras.economia.gov.br>. A forma de levantamento dos dados foi de consulta livre ao subsistema Painel de Compras. A periodicidade considerada foi de Intervalo anual (ao final de exercício financeiro: janeiro-dezembro por ano). Considerando a classificação e confiabilidade dos dados como Alta, pois, são dados abertos do ministério da economia do governo federal (portal da transparência) (Quadro 2).

Quadro 2 – Volume das Compras da A.F. nas IFES no município de Belém.

Ano	Valor das compras da agricultura familiar (UFPA)	Valor das compras da agricultura familiar (UFRA)	Valor das compras da agricultura familiar (IFPA Belém)	CLASSE	INDICADOR
2017	R\$111.861,90	R\$0,00	R\$0,00	1	BAIXO
2018	R\$0,00	R\$34.898,62	R\$0,00	1	BAIXO
2019	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	0	INSUFICIENTE
2020	R\$295.056,67	R\$0,00	R\$484.240,32	2	MÉDIO
2021	R\$0,00	R\$0,00	R\$71.712,30	1	BAIXO

Fonte: Autor próprio (2022).

Por fim o indicador proporcionou inferir que as IFES no município de Belém realizaram poucas compras da agricultura familiar nos últimos cinco (5) anos, sendo que a Universidade Federal do Pará (UFPA) e Instituto Federal do Pará (IFPA) foram as que apresentaram os melhores indicadores de compra considerado “Médio”. Diferentemente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) que demonstrou um indicador de classe “Baixo” (Quadro 3).

Quadro 3 – Análise final por IFES em relação as compras junto a Agricultura Familiar.

CLASSE	INDICADOR	IFES
2	MEDIO	UFPA
1	BAIXO	UFRA
2	MEDIO	IFPA

Fonte: Autor próprio (2022).

Portanto, defende-se que as IFES no município de Belém poderiam dinamizar suas compras de alimentos através das compras institucionais sustentáveis de gêneros alimentícios da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. As IFES, desde 2010, dispõem de recursos federais que preveem verbas para auxiliar estudantes, de forma a garantir sua permanência na instituição para sua referida diplomação. O decreto federal nº. 7.234/2010 (BRASIL, 2010), dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e identifica a área “alimentação” como parte das ações de assistência estudantil. As Universidades executam a política de segurança alimentar por meio dos seus restaurantes universitários (BRASIL, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se o potencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no município de Belém, como indutor de desenvolvimento local através da aquisição sustentável de gêneros alimentícios, por meio das compras de alimentos da agricultura familiar. Contudo, destaca-se uma baixa aquisição de alimentos decorrente da agricultura familiar pelas IFES de Belém, conforme demonstrado na pesquisa.

Com a delimitação temporal de cinco anos, nas instituições avaliadas, verificou-se que a geração do indicador se mostrou pertinente, uma vez que revelou a participação insipiente desses atores na compra de alimentos da agricultura familiar, considerando ainda os estudos realizados dentro do Programa de Aquisição de Alimentos, onde, delineou-se a possibilidade de concretização das compras institucionais serem objetos de desenvolvimento local de comunidades, na compra de gêneros alimentícios desses agricultores.

Assim, revela-se uma possibilidade de potencialidade das IFES no município de Belém, caso estas instituições focalizem suas gestões para priorizar as aquisições de alimentos da agricultura familiar, como indutores de desenvolvimento local através da aquisição sustentável de gêneros alimentícios, por meio das compras institucionais do “Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 296 p., 2007.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, p. 61-72, 2010.

BICALHO, A. P. N. A resignificação do princípio da finalidade da licitação à luz do desenvolvimento nacional sustentável. **Revista Negócios Públicos**, Curitiba, ano IX, nº 111, p. 23-28, out. 2013.

Brasil, Ministério da Educação. (2010). **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. (Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010). Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CONTE, N. C. O poder de compras dos municípios como fator de desenvolvimento local/regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6., 2013, Rio Grande do Sul. **Anais...**Rio Grande do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.

GAROFOLI, G. **Sviluppo locale e ruolo delle agenzie**: uma riflessione sul caso italiano, 2000. Disponível em: <http://www.eco.uninsubria.it/docenti/garofoli>. Acesso em: 17 out. 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **In**: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no país. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Política de Comercialização Agrícola no Brasil. **In**: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em Desenvolvimento 2010: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 2010. v. 2, p. 311-325.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. R. A. de. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 105-122, Piracicaba, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed.. São Paulo: Atlas, 2017.

MULLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 20, p. 139, 2012.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 9-24, 2014.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). A **Agenda 2030**.

PARK, C. S. H.; SILVA, M. J. L. da. Políticas públicas e o poder de compra governamental: geração de externalidades positivas em gastos públicos. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (CONPEDI), 23., 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: CONPEDI/UFPB, 2014. p. 472-496.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia científica**: completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2006.

SIMONIAN, L. L. T. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In:L. E. ARAGÓN-VACA

(Org.). **Revista População e Meio Ambiente na Pan Amazônia**. Belém: NAEA; UNESCO, 2007. p. 25-44.

SILVA, J. N. **Perspectivas sustentáveis nas compras governamentais**: um estudo de caso na Universidade Federal Rural da Amazônia. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SQUEFF, F. de H. S. **O poder de compras governamental como instrumento de desenvolvimento tecnológico**: análise do caso brasileiro. Brasília: IPEA, 2014.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 132-139, Mar. 2005.

UNESCO. As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. In: **Conferência Mundial sobre Ensino Superior**, 2009, Paris: Unesco.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.